

GS Inima Brasil Ltda. e controladas

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2015 e Relatório
dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Quotistas e Administradores da
GS Inima Brasil Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da GS Inima Brasil Ltda. (“Sociedade”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

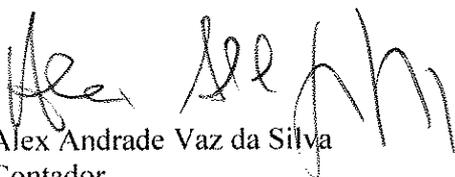
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GS Inima Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 29 de janeiro de 2016

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.



Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

GS INIMA BRASIL LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14			31.12.15	31.12.14		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	25,630	17,913	45,415	37,527	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	15,639	9,495
Aplicações financeiras	5	-	-	15,626	-	Debêntures privadas	12	-	-	15,022	3,353
Contas a receber	6	109	-	21,780	16,716	Fornecedores		932	884	2,714	2,744
Contas a receber locação de ativos	6	-	-	17,917	-	Obrigações sociais		1,546	1,349	3,222	3,453
Ativo financeiro	7	-	-	53,152	53,097	Obrigações fiscais		275	204	3,315	2,622
Dividendos a receber	10	8,135	6,251	-	-	Impostos de suspensão diferida		-	-	321	781
Impostos a recuperar		337	422	391	1,142	Partes relacionadas	10	516	236	713	272
Partes relacionadas	10	1,799	1,537	279	116	Outras obrigações		15	27	2,262	650
Outros créditos		505	28	1,155	359	Total do passivo circulante		3,284	2,700	43,208	23,370
Total do ativo circulante		36,515	26,151	155,715	108,957						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras		807	714	807	714	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	116,627	104,246
Partes relacionadas	10	-	732	-	732	Debêntures privadas	12	-	-	101,070	116,417
Impostos a recuperar		3,540	3,462	3,540	3,462	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	11,889	10,919
Contas a receber locação de ativos	6	-	-	108,018	-	Impostos de suspensão diferida		-	-	12,100	22,989
Ativo financeiro	7	-	-	236,549	345,738	Outras obrigações		859	765	2,419	2,282
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	18	18	-	-	Total do passivo não circulante		859	765	244,105	256,853
Outros créditos		29	52	186	301						
Total do realizável a longo prazo		4,394	4,978	349,100	350,947	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos em controladas e coligadas	8	160,933	133,587	-	-	Capital social	13	60,102	60,102	60,102	60,102
Imobilizado	9	312	341	3,340	1,679	Reserva de capital		3,928	3,928	3,928	3,928
Intangível		1,479	28	2,089	166	Reservas de lucros		135,460	97,590	135,460	97,590
Total do ativo não circulante		167,118	138,934	354,529	352,792	Patrimônio líquido atribuível aos proprietários		199,490	161,620	199,490	161,620
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	23,441	19,906
TOTAL DO ATIVO		203,633	165,085	510,244	461,749	Total do patrimônio líquido		199,490	161,620	222,931	181,526
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		203,633	165,085	510,244	461,749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
RECEITA LÍQUIDA	14	16.345	11.520	250.211	134.317
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15	(13.545)	(10.774)	(159.684)	(66.875)
LUCRO BRUTO		<u>2.800</u>	<u>746</u>	<u>90.527</u>	<u>67.442</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	15	(11.666)	(9.214)	(21.685)	(18.890)
Resultado de equivalência patrimonial	8	44.383	25.233	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	15	-	-	(314)	-
		<u>32.717</u>	<u>16.019</u>	<u>(21.999)</u>	<u>(18.890)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>35.517</u>	<u>16.765</u>	<u>68.528</u>	<u>48.552</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	16	2.513	2.489	6.871	4.641
Despesas financeiras	16	(160)	(73)	(21.661)	(21.233)
		<u>2.353</u>	<u>2.416</u>	<u>(14.790)</u>	<u>(16.592)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		<u>37.870</u>	<u>19.181</u>	<u>53.738</u>	<u>31.960</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	17	-	-	(11.363)	(7.401)
Diferidos	17	-	(16)	(970)	(1.755)
		<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>(12.333)</u>	<u>(9.156)</u>
Lucro atribuível aos proprietários da controladora		<u>37.870</u>	<u>19.165</u>	<u>41.405</u>	<u>22.804</u>
Lucro atribuível aos não controladores		-	-	(3.535)	(3.639)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>37.870</u>	<u>19.165</u>	<u>37.870</u>	<u>19.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.870	19.165	37.870	19.165
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>37.870</u>	<u>19.165</u>	<u>37.870</u>	<u>19.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva capital</u>	<u>Lucros retidos</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		48.968	-	93.705	-	142.673
Aumento capital social	13	11.134	-	-	-	11.134
Constituição de reserva de capital	13	-	3.928	-	-	3.928
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.165	19.165
Distribuição de lucros	13	-	-	(15.280)	-	(15.280)
Transferência para retenção de lucros		-	-	19.165	(19.165)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>60.102</u>	<u>3.928</u>	<u>97.590</u>	<u>-</u>	<u>161.620</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	37.870	37.870
Transferencia para retenção de lucros		-	-	37.870	(37.870)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>60.102</u>	<u>3.928</u>	<u>135.460</u>	<u>-</u>	<u>199.490</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		37.870	19.165	37.870	19.165
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social		-	16	12.763	9.156
Depreciação e amortização	9	62	97	296	314
Juros sobre empréstimos	11	-	-	25.408	(18.179)
Rendimento das aplicações financeiras vinculadas		-	-	-	(804)
Remuneração do ativo financeiro	14	-	-	(54.837)	(30.568)
Remuneração do contas a receber locação ativo		-	-	(20.364)	-
Resultado de equivalência patrimonial		(44.383)	(25.233)	-	-
Amortização de custos para emissão debêntures	12	-	-	152	152
Participação dos acionistas não controladores		-	-	3.535	6.787
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	(109)	-	(5.064)	(2.928)
Outros Investimentos	8	-	-	-	6.043
Partes relacionadas	10	-	-	-	498
Ativo financeiro	7	-	-	29.286	(27.998)
Contas a receber locação de ativos		-	-	29.116	-
Impostos a recuperar		7	(184)	366	513
Outros créditos		(547)	60	(573)	(74)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		48	661	322	608
Partes relacionadas	10	750	3.556	806	(5.519)
Obrigações sociais		197	273	(230)	646
Obrigações fiscais		71	(1.808)	249	(3.347)
Outras obrigações		82	(594)	1.761	(340)
Impostos diferidos		-	-	96	3.841
Juros pagos		-	1.792	(18.595)	5.285
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais		(5.952)	(2.199)	42.363	(36.749)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(22.793)	(6.499)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		-	-	(15.626)	-
Dividendos recebidos de controlada		18.053	20.016	-	-
Integralização de capital em controladas		(2.900)	(4.428)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	9	(49)	(222)	(2.005)	(722)
Baixas de ativo imobilizado	9	33	111	91	143
Aquisição de ativo intangível		(1.468)	(4)	(1.969)	(48)
Adiantamento para futuro aumento capital		-	-	-	-
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		13.669	15.473	(19.509)	(627)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos:					
Captações	11	-	-	15.539	68.452
Pagamentos de principal	11	-	-	(7.757)	(5.325)
Subscrição de capital de não controladores		-	-	45	3.732
Pagamentos de lucros		-	(15.280)	-	(15.280)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		-	(15.280)	7.827	51.579
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.717	(2.006)	7.888	7.704
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		17.913	19.919	37.527	29.823
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		<u>25.630</u>	<u>17.913</u>	<u>45.415</u>	<u>37.527</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GS Inima Brasil Ltda. (“Sociedade”) foi constituída em 29 de maio de 2008 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem, construção de obras, incluindo estações de tratamento de água potável, de água doce ou salgada, estações de tratamento de esgoto doméstico ou industrial, sistemas de secagem e/ou disposição de lodo, redes coletoras, redes de distribuição e obras complementares a serviços de meio ambiente e saneamento em geral.
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura, incluindo serviços de saneamento e potabilização, mediante qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de saneamento.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

Abaixo um resumo das atividades de cada controlada que a Sociedade possui controle acionário.

AMBIENT

A Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. (“Sociedade”) foi constituída em 20 de setembro de 1995, tendo como objeto a exploração, por meio de concessão, do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, consoante o disposto no Edital nº 005/95 da Prefeitura de Ribeirão Preto e do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP.

O contrato de concessão estabelece o prazo de concessão em 20 anos, com possibilidade de prorrogação. Durante o exercício de 2000, a Sociedade finalizou parte das obras relativas à construção da primeira estação de tratamento de esgoto, em fase de testes no final daquele exercício. As operações de tratamento de esgoto previstas no edital iniciaram-se em julho de 2001, sendo utilizados aproximadamente 14% da capacidade total. Durante 2001, 2002 e 2003, foram efetuados elevados investimentos para a construção da segunda estação de tratamento, concluída e colocada em operação em março de 2003.

Durante o exercício de 2007, a Sociedade assinou com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto o “Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedidos de Obra Pública” (firmado em 28 de setembro de 1995, decorrente da concorrência pública nº 005/94), em que prorroga o prazo de vigência da concessão do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, de 28 de abril de 2018 para 28 de setembro de 2023.

Em 26 de novembro de 2015, a Sociedade assinou com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto o “Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedidos de Obra Pública” (firmado em 28 de setembro de 1995, decorrente da concorrência pública nº 005/94), em que prorroga o prazo de vigência da concessão do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, de 28 de setembro de 2023 para 28 de setembro de 2033.

ARAUCÁRIA

A Araucária Saneamento S.A. (“Sociedade”), foi constituída em 21 de maio de 2010, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 (Contrato), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 11.948/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação de Coletores Tronco, Estações Elevatórias de Esgotos, Linhas de Recalques, Interceptores, Interligações das Redes Existentes aos Coletores Troncos, Ligações Domiciliares de Esgotos, Gradeamento Preliminar, Estação de Tratamento de Esgotos (Reator Biológico seguida de Membrana Filtrante) e Emissário Final do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Araucária Saneamento S.A. é integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumirá toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do termo de contrato, e foi estimada em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R\$266.880, composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$1.112, que correspondem ao Valor Mensal da Locação (VML), na data de referência dos preços de 1º de março de 2010.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados. A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título. A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, contemplará a prestação de serviço de operação assistida e locação e nesse período a Sociedade irá ser remunerada pelo VML.

Ao término da operação assistida em outubro de 2015, a sua principal atividade operacional passou a ser exclusivamente a locação do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão a SABESP por um período de 240 meses a partir da emissão do Termo de Aceitação Provisória, formalizado entre a Sociedade e a SABESP e emitido em abril de 2014. Com base nas principais características do contrato de locação, sumarizadas nos itens a seguir, e nos conceitos e práticas contábeis estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que trata de Operações de Arrendamento Mercantil, a referida operação de locação da Sociedade foi avaliada como arrendamento mercantil financeiro, similarmente a uma operação de venda de ativo financiada a SABESP, em função das características relacionadas abaixo:

- A transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil;
- No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado.

Com essa nova configuração, a Sociedade passou a ter como principal objetivo a assunção e o gerenciamento dos ativos (contas a receber) e passivos (financiamentos e patrimônio) produzidos na concessão, exercendo a correspondente gestão até o término do prazo do referido contrato.

SANEVAP

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. (“Sociedade”), foi constituída em 4 de julho de 2011, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 40.576/09 (“Contrato”), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP”), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 40.576/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município de São José dos Campos - Sub Bacia Pararangaba (parcial), composto pela Estação de Tratamento de Esgoto, Coletor Tronco Pararangaba (parcial), Coletor Tronco Botujuru (parcial), Coletor Tronco Galo Branco, Coletor Tronco Cajuru, Estação Elevatória de Esgotos São Vicente e respectiva Linha de Recalque, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. é integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumirá toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Termo de Contrato e foi estimado em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R\$186.960 composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$779, que correspondem ao Valor Mensal da Locação (“VML”), na data de referência dos preços de 1º de março de 2011.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados. A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação, com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título. A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, contemplará a prestação de serviço de operação assistida e locação, e nesse período a Sociedade irá ser remunerada pelo VML. O valor estimado para conclusão da obra é de R\$80.374, conforme contrato entre a Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. e o consórcio construtor responsável pela sua execução.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade encontrava-se em fase de operação assistida.

SESAMM

Em 26 de dezembro de 2014, através de reunião de quotistas, foi aprovado aumento no capital da GS Inima, no valor de R\$15.061, sendo R\$11.133 destinados ao capital social, e R\$3.928 à reserva de capital, integralizados mediante a conferência de 57% de participação acionária no capital da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. (SESAMM), adquirindo controle neste ato.

A SESAMM foi constituída em 15 de agosto de 2008, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o contrato de concessão, celebrado com o Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 003/2008 relativo à prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto do Município, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, bem como a realização das atividades correlatas e exploração de fontes de receitas autorizadas no contrato de concessão, tais como a comercialização dos resíduos do tratamento de esgoto, a prestação de serviços de tratamento de efluentes às indústrias instaladas no Município e a reutilização do efluente final.

Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Sociedade são remunerados pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim (“Poder Concedente”), por intermédio do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE, por meio da soma das seguintes parcelas: (a) remuneração dos investimentos mediante aplicação da tarifa do componente de investimento proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume de tratamento de esgoto ofertado em cada etapa da ETE, conforme previsto no Edital, de modo que a tarifa mensal relacionada à remuneração do investimento seja cobrada independentemente do volume de esgoto tratado e (b) remuneração da operação e manutenção mediante aplicação da tarifa do componente operacional proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume mensal de esgoto tratado medido na saída da ETE.

As receitas auferidas pelas atividades correlatas, quando existirem, e pela exploração de outras fontes de receita autorizadas serão computadas para redução da tarifa referente ao tratamento de esgoto na proporção de 30% sobre o lucro líquido advindo dessas atividades.

O contrato estabeleceu o prazo de concessão em 30 anos, com possibilidade de prorrogação e, extinta a concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão retornam ao Poder Concedente.

Uma vez que o modelo do contrato de concessão é da forma não onerosa, a Sociedade não pagará ao Poder Concedente nenhum ônus fixo e/ou variável pela exploração dos serviços mencionados.

O valor estimado do contrato é de R\$286.109, composto pela remuneração dos investimentos e da operação do tratamento do esgoto. Cabe destacar, ainda, que o valor dos investimentos estimados a serem efetuados para execução das quatro fases do projeto de implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto é da ordem de R\$82.817, dos quais já foi investido até 31 de dezembro de 2015, na primeira e segunda fase do projeto, o montante de R\$53.212, com os impostos sobre receitas de construção. A Sociedade estima que os investimentos adicionais para conclusão das quatro fases sejam de aproximadamente R\$29.605, líquidos dos impostos sobre receitas de construção. A Sociedade entrou em operação no dia 14 de junho de 2012.

SANAMA

A Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. (“Sociedade”), foi constituída em 8 de outubro de 2014, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão Administrativa nº 079/2014 (“Contrato”), celebrado com a Companhia de Saneamento de Alagoas (a “CASAL”), decorrente Concorrência Nacional cujo objeto consiste na: (a) implantação, operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 25, 26, 27, 31, 34 e 35 da Parte Alta de Maceió; (b) operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 30, 32 e 33 da Parte Alta da cidade de Maceió; (c) realização de serviços complementares relativos à Leitura de Hidrômetros, Fiscalização, Cobrança e Gestão Comercial visando o incremento de Arrecadação da CASAL; (d) como Parte Alta da Cidade de Maceió entende-se o recorte geográfico composto pelos setores 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 da Unidade de Negócios de Benedito Bentes da CASAL.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados a partir da Data de Eficácia do Contrato que é aquela em que estiverem implementadas as condições suspensivas, que deverão ser implementadas pelas partes em prazo não superior a 180 dias.

Depois de cumprido todos os requisitos, a CASAL emitirá a competente Ordem de Serviço que marcará a Data de Vigência do Contrato. O valor estimado do contrato é de R\$289.544 composto pela remuneração dos serviços de esgotamento sanitário na Área da Participação Público Privada (PPP), acrescida do incremento de faturamento advindo da redução da inadimplência da Área da PPP, decorrente da adoção das ações previstas no Termo de Referência. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade encontrava-se em fase pré-operacional.

CAEPA

A Caepa Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. (“Sociedade”), foi constituída em 10 de abril de 2015, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 0002/2014 (“Contrato”), celebrado com o Município de Paraibuna cujo objeto consiste na exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreende o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados da data de vigência da Ordem de Serviço e se encerrará com a formalização do respectivo Termo de Devolução do Sistema, podendo ser prorrogado até o limite de 30 (trinta) anos.

A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto.

Novos Negócios para 2016

Em 28 de dezembro de 2015, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a aquisição, pela GS Inima Brasil junto a OAS Soluções Ambientais, de 100% do capital social da empresa Soluções Ambientais de Araçatuba (Samar), localizada na cidade de Araçatuba, no estado de São Paulo, e que tem por objeto social a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário no limite territorial urbano no município de Araçatuba, Estado de São Paulo. Entretanto, esse processo de aquisição ainda depende de outras autorizações, razão pela qual nenhum efeito dessa aquisição foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Como parte da estrutura financeira para essa aquisição, em 22 de outubro de 2015, a Sociedade assinou contrato de compromisso com o Banco ABC Brasil para a estruturação e coordenação de emissão de notas promissórias, com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$40.000.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Critérios de consolidação

A Sociedade consolidou integralmente as demonstrações financeiras de suas controladas Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. (“Ambient”), Araucária Saneamento S.A. (“Araucária”), Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. (“Sanevap”), Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. (“Sesamm”), Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. (“Sanama”) e Caepa Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S/A (“Caepa”), nas quais detém participação sobre o capital social de 100%, 51% e 50,1%, 57%, 60% e 95% respectivamente.

Considera-se existir controle quando a Sociedade detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Assim sendo, considerando existirem esses condicionantes em relação aos investimentos detidos pela Sociedade, foram consolidadas integralmente as demonstrações financeiras das suas controladas, com base nas demonstrações levantadas na mesma data-base da Controladora.

Os seguintes principais procedimentos de consolidação adotados foram:

- Eliminação do saldo de investimento e do resultado de equivalência patrimonial.
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as companhias consolidadas.

A seguir, destaca-se um resumo das demonstrações financeiras das controladas:

	31/12/2015					
	<u>Ambient</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>	<u>Sanama</u>	<u>Sesamm</u>	<u>Caepa</u>
Ativo:						
Ativo circulante	66.592	28.367	16.604	510	16.561	225
Ativo não circulante	98.487	108.024	83.843	1.457	58.417	492
Total do ativo	<u>165.079</u>	<u>136.391</u>	<u>100.447</u>	<u>1.967</u>	<u>74.978</u>	<u>717</u>
Passivo:						
Passivo circulante	16.079	15.320	11.436	79	4.874	193
Passivo não circulante	18.803	105.586	83.441	-	37.792	-
Patrimônio líquido	130.197	15.485	5.570	1.888	32.312	524
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>165.079</u>	<u>136.391</u>	<u>100.447</u>	<u>1.967</u>	<u>74.978</u>	<u>717</u>

	31/12/2014				
	<u>Ambient</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>	<u>Sanama</u>	<u>Sesamm</u>
Ativo:					
Ativo circulante	49.840	26.643	864	1.232	11.902
Ativo não circulante	<u>85.590</u>	<u>121.286</u>	<u>87.910</u>	<u>834</u>	<u>56.255</u>
Total do ativo	<u>135.430</u>	<u>147.929</u>	<u>88.774</u>	<u>2.066</u>	<u>68.157</u>
Passivo:					
Passivo circulante	13.947	4.158	8.205	277	1.758
Passivo não circulante	12.351	128.634	79.679	-	39.704
Patrimônio líquido	<u>109.132</u>	<u>15.137</u>	<u>890</u>	<u>1.789</u>	<u>26.695</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>135.430</u>	<u>147.929</u>	<u>88.774</u>	<u>2.066</u>	<u>68.157</u>

2.5. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, na determinação da vida útil do ativo imobilizado, provisão para perdas com credores de liquidação duvidosa, elaboração de projeções para realização dos ativos financeiros e permanentes e determinação de receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - contratos de concessão, a Sociedade e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

Determinação das receitas de construção

Quando contratam serviços de construção, a Sociedade e suas controladas devem reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

O ativo financeiro é registrado pelo seu valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato. Após o início das operações, o ativo financeiro passa a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão ou construção.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Contas a receber

Na Controladora, referem-se substancialmente aos serviços de construção civil. São registradas com base nos valores nominais e, quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

No Consolidado, incluem os serviços de tratamento de esgoto, locação de ativo, abastecimento de água, gestão comercial e construção civil. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas prováveis.

Ativo financeiro

Reconhecido conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.

As controladas Ambient e Sesamm reconheceram um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços de tratamento de esgoto. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. É medido subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor calculado utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações.

As controladas Araucária e Sanevap reconheceram contas a receber representados pelo direito a faturar decorrente do contrato de construção de longo prazo com a SABESP. Na primeira etapa de execução dos contratos, que compreende o período de construção, os valores são representados pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

A controlada Sanama encontra-se em fase pré-operacional, não reconhecendo ainda nenhum ativo financeiro.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O ativo financeiro é avaliado por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.2. Investimento

Os investimentos em sociedades controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Sociedade.

3.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas com base na vida útil do ativo pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9 limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão (no caso das controladas Ambient e Sesamm).

3.4. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações calculadas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens. São registrados os custos de aquisições com software, cuja amortização é linear em um período de cinco anos e investimentos da concessão, cuja amortização é pelo prazo da concessão. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos.

A controlada Caepa reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Sociedade torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado e do ativo intangível têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.

3.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos, financiamentos, debêntures privadas e fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos) acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Correntes

Na controladora e controladas, com exceção da controlada Ambient, em 2015 as provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a controlada Ambient optou pela apuração do imposto de renda e a contribuição social pelo regime de lucro presumido. A alíquota de presunção é de 25% (considerando o adicional de 10%) e 9%, respectivamente, cuja base de cálculo corresponde a 32% da receita bruta das vendas, mais a totalidade das demais receitas auferidas. A Administração da Sociedade, considerando suas projeções de resultados e os limites fiscais para essa opção, tem a expectativa de alterar esse método de apuração em 2016.

Diferidos

Na controladora e controladas, com exceção da controlada Ambient, em 2015 e 2014, quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal e base de contribuição negativa e de outras diferenças temporárias (ativas ou passivas) entre os livros fiscais e os saldos contábeis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.9. Impostos de suspensão diferidas

Representados pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre a receita de construção, reconhecidos no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações fiscais" conforme projeção de realização da receita a realizar, os quais são decorrentes da diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, descrito no item "3.10", e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento.

3.10. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência.

As receitas de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto e Mogi Mirim e do sistema de distribuição de água, coleta e afastamento de esgoto sanitário e gestão comercial da cidade de Paraibuna e a receita de concessão pela remuneração do ativo financeiro.

As receitas de locação de ativo são provenientes do direito a faturar e são reconhecidas pela atualização do ativo financeiro registrado a valor justo com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

Na controlada Araucária, conforme descrito na nota explicativa nº 1, reconheceu a venda do ativo no resultado durante o exercício 2015 com a contabilização da receita pelo valor justo em contrapartida ao contas a receber de cliente (circulante e não circulante) e o custo pelo valor do investimento.

As receitas e os custos de construção são reconhecidos pelo valor justo de acordo com o percentual de execução das obras contratadas.

3.11. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

3.12. Pronunciamentos do IFRS ainda não adotados pelo CPC

Os pronunciamentos e as interpretações técnicos emitidos pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e “International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC”, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC; dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

- Alterações à IFRS 11 - Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto: fornecem orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 Combinações de Negócios. (1)
- Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização: As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível. (1)
- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou contribuição em ativos entre investidor e associada ou joint venture: As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. (1)

- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para consolidação: As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10. (1)
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de hedge. (2)
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos estavam representados por:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	191	316
Aplicações financeiras	<u>25.439</u>	<u>17.597</u>
Total	<u>25.630</u>	<u>17.913</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	1.834	3.065
Aplicações financeiras	<u>43.581</u>	<u>34.462</u>
Total	<u>45.415</u>	<u>37.527</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB. As aplicações são remuneradas entre 98,50% e 100,50% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos estavam representados por:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2015</u>
Aplicações Financeiras	15.626

Representadas por cotas de fundos de investimentos compostos principalmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB e outras operações compromissadas com prazo de resgate superior a 90 dias para os quais a Administração tem a intenção de manter até o vencimento, remuneradas à taxa média de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. CONTAS A RECEBER E CONTAS A RECEBER LOCAÇÃO DE ATIVOS

Os saldos estavam representados por:

	Controladora	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Contas a receber	<u>109</u>	<u>-</u>
Total	<u>109</u>	<u>-</u>
	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Arrecadação a receber (a)	16.400	12.342
Outros	<u>5.380</u>	<u>4.374</u>
Total	<u>21.780</u>	<u>16.716</u>

- a) Representa valores a receber do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - DAERP referentes às medições do mês corrente das estações de tratamento da controlada Ambient.

Os saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro estão distribuídos conforme a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	409	1.717
Acima de 31 dias	<u>358</u>	<u>-</u>
Total de vencidas	767	1.717
A vencer:		
Até 30 dias	7.391	3.697
De 31 a 60 dias	1.628	1.203
De 61 a 90 dias	1.836	1.584
A vencer em 131 dias	<u>10.158</u>	<u>8.515</u>
Total a vencer	21.013	14.999
Total de contas a receber de clientes	<u>21.780</u>	<u>16.716</u>

O prazo médio das contas a receber é de 130 dias. Em função de não existir histórico de valores relevantes de inadimplência nas contas a receber, a Sociedade não constituiu provisão para perdas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existem saldos de contas a receber dados em garantia.

Contas a receber locação de ativos (*):

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
Contas a receber - locação de ativo	284.794
Recebimentos	(47.369)
Ajuste a valor presente (AVP)	(137.119)
Ajuste pela taxa de retorno	<u>25.629</u>
Total	<u>125.935</u>
Ativo circulante	17.917
Ativo não circulante	<u>108.018</u>
Total	<u>125.935</u>

(*) Na controlada Araucária refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 16,59% ao ano, a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato até o fim do contrato e o gasto efetivo com investimento realizado somado a estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em

2016	17.917
2017	18.634
2018	19.379
Após 2019	<u>70.005</u>
	<u>125.935</u>

7. ATIVO FINANCEIRO

Os saldos consolidados estavam representados por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo de investimento (b)	331.700	433.659
Recebimentos	(380.556)	(336.958)
Atualização pela taxa de retorno (a)	<u>338.557</u>	<u>302.134</u>
Total	<u>289.701</u>	<u>398.835</u>
Ativo circulante	53.152	53.097
Ativo não circulante	<u>236.549</u>	<u>345.738</u>
Total	<u>289.701</u>	<u>398.835</u>

- (a) Nas controladas Ambient, Sesamm e Sanevap referem-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 21,92% ao ano (21,53% ao ano em 2014), 18,37% ao ano (17,40% ao ano em 2014) e 15,56% ao ano, respectivamente, a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade. A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras previstas no contrato até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Na controlada Ambient a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo IGP-DI. Conforme previsto em contrato, a remuneração também é composta por outros custos fixos tais como custo com pessoal e demanda fixa contratada de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$38.503 (R\$37.588 em 31 de dezembro de 2014).

Na controlada Sesamm a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC conforme previsto em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$7.461 (R\$6.963 em 31 de dezembro de 2014).

Na controlada Sanevap a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC conforme previsto em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$9.909.

A controlada Sanama encontra-se em fase de pré-operação e as obras não resultam em margem de lucro. Considerando o cronograma de obras e período necessário para regularização das operações da estação de tratamento de esgoto, em 31 de dezembro de 2015 o saldo está integralmente registrado no ativo não circulante.

Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo financeiro quando incorridos. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, na controlada Ambient são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$163.645 e na controlada Sesamm são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$29.605, distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelos investimentos nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais.

- (b) Na controlada Sanevap, o ativo financeiro é representado integralmente pelo custo de investimento oriundo de contrato de construção de estação de tratamento de esgoto que durante a fase de obras não resulta em margem de lucro. A controlada Sanevap encontra-se em fase de operação assistida.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar-se em

2016	22.249
2017	21.447
2018	22.618
Após 2018	<u>223.387</u>
	<u>289.701</u>

8. INVESTIMENTOS

As informações, saldos e movimentações dos investimentos estão assim representados:

	<u>Ambient</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>	<u>Sanama</u>	<u>Sesamm</u>	<u>Caepa</u>	<u>Total</u>
Informações sobre as investidas:							
Quantidade de ações integralizadas:							
Ordinárias	335.443	9.078	3.921	2.526	15.062	1.048	-
Preferenciais	670.882	-	-	-	-	-	-
Percentual de participação	100%	51%	50,1%	60%	57%	95%	-
Capital social	48.491	17.800	5.626	29.600	19.532	900	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	40.737	348	2.480	(1.151)	6.082	(579)	-
Patrimônio líquido	130.197	15.485	5.570	1.888	32.312	524	-
Movimentação dos investimentos:							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	105.105	2.766	2.256	-	-	-	110.127
Aquisição de participação acionária	-	2.652	-	1.776	15.062	-	19.490
Dividendos a receber	(6.198)	-	-	-	(53)	-	(6.251)
Dividendos recebidos	(15.012)	-	-	-	-	-	(15.012)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>25.237</u>	<u>2.302</u>	<u>(1.810)</u>	<u>(703)</u>	<u>207</u>	<u>-</u>	<u>25.233</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>109.132</u>	<u>7.720</u>	<u>446</u>	<u>1.073</u>	<u>15.216</u>	<u>-</u>	<u>133.587</u>
Aquisição de participação acionária	-	-	1.102	750	-	1.048	2.900
Dividendos a receber	(7.870)	-	-	-	(265)	-	(8.135)
Dividendos recebidos	(11.802)	-	-	-	-	-	(11.802)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>40.737</u>	<u>177</u>	<u>1.242</u>	<u>(690)</u>	<u>3.466</u>	<u>(549)</u>	<u>44.383</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>130.197</u>	<u>7.897</u>	<u>2.790</u>	<u>1.133</u>	<u>18.417</u>	<u>499</u>	<u>160.933</u>

Em 21 de maio de 2010, a Sociedade adquiriu participação na controlada Araucária mediante integralização de capital social no montante de R\$379 que representou 51% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade havia integralizado totalmente o capital, mantendo sua participação acionária. Em 11 de março de 2015, a controlada Araucária aumentou seu capital social de R\$12.600 para R\$17.800, mantendo a participação da Sociedade em 51% do capital social. A Araucária tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 celebrado com a SABESP, para construção de estação de tratamento de esgoto no município de Campos do Jordão.

Em 4 de julho de 2011, a Sociedade adquiriu participação na controlada Sanevap mediante integralização de capital social no montante de R\$282 que representou 50,1% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade havia integralizado o montante de R\$1.102 referente a um adiantamento para futuro aumento de capital, mantendo sua participação acionária. A Sanevap tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 40.576/09/09 celebrado com a SABESP, para construção de estação de tratamento de esgoto no município de São José dos Campos.

Em 8 de outubro de 2014, a Sociedade adquiriu participação na controlada Sanama mediante integralização de 10% do capital social no montante de R\$1.776 que representou 60% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade integralizou R\$750 de capital, mantendo sua participação acionária e restando o montante de R\$15.234 a integralizar. A Sanama tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão Administrativo nº 079/2014 celebrado com a CASAL, para implantação, manutenção e operação do sistema de esgotamento sanitário da parte Alta de Maceió.

Em 29 de dezembro de 2014, a Sociedade aumentou seu capital social no valor de R\$15.061, sendo R\$11.133 destinados ao capital social e R\$3.928 à reserva de capital, integralizados mediante a conferência das ações da empresa Sesamm e representa 57% do capital social integralizado dessa investida. A Sesamm tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão nº 013/08 celebrado com a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, para implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Mogi Mirim.

Em 10 de abril de 2015, a Sociedade adquiriu participação na controlada Caepa mediante integralização de 20% do capital social no montante de R\$171 que representou 95% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade havia integralizado totalmente o capital, mantendo sua participação acionária. A Caepa tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 0002/2014, celebrado com o Município de Paraibuna para exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

9. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do imobilizado em 2015 e 2014 está representada por:

Custo do imobilizado bruto	Controladora						Benfeitorias em imóveis terceiros	Total
	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações			
Saldo em 31/12/2013	56	101	52	106	3	108	426	
Adições	-	142	16	26	-	38	222	
Baixas	-	-	-	(3)	-	(108)	(111)	
Saldo em 31/12/2014	56	243	68	129	3	38	537	
Adições	-	6	5	38	-	-	49	
Baixas	-	(14)	(11)	(8)	-	-	(33)	
Saldo em 31/12/2015	<u>56</u>	<u>235</u>	<u>62</u>	<u>159</u>	<u>3</u>	<u>38</u>	<u>553</u>	
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31/12/2013	(43)	(37)	(6)	(45)	(1)	(89)	(221)	
Adições	(12)	(20)	(7)	(22)	-	(19)	(80)	
Baixas	-	-	-	1	-	104	105	
Saldo em 31/12/2014	(55)	(57)	(13)	(66)	(1)	(4)	(196)	
Adições	(1)	(24)	(7)	(22)	(1)	(8)	(63)	
Baixas	-	10	2	6	-	-	18	
Saldo em 31/12/2015	<u>(56)</u>	<u>(71)</u>	<u>(18)</u>	<u>(82)</u>	<u>(2)</u>	<u>(12)</u>	<u>(241)</u>	
Saldo em 31/12/2014	1	186	55	63	2	34	341	
Saldo em 31/12/2015	-	164	44	77	1	26	312	
Taxa média anual de depreciação	20%	10%	10%	20%	10%	10%	-	

Consolidado

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Edificações</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Instalações</u>	<u>Benfeitorias em imóveis terceiros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2013	732	35	436	268	381	438	142	108	2.540
Adições	391	-	-	150	28	88	27	38	722
Baixas	-	-	(32)	-	-	(3)	-	(108)	(143)
Saldo em 31/12/2014	1.123	35	404	418	409	523	169	38	3.119
Adições	1.657	-	-	207	99	56	1	7	2.027
Baixas	-	-	-	(15)	(38)	(38)	-	-	(91)
Saldo em 31/12/2015	<u>2.780</u>	<u>35</u>	<u>404</u>	<u>610</u>	<u>470</u>	<u>541</u>	<u>170</u>	<u>45</u>	<u>5.055</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31/12/2013	(330)	-	(318)	(118)	(159)	(263)	(86)	(89)	(1.363)
Adições	(70)	-	(48)	(33)	(32)	-	(14)	(19)	(216)
Baixas	-	-	32	-	-	3	-	104	139
Depreciação acumulada em 31/12/2014	(400)	-	(334)	(151)	(191)	(260)	(100)	(4)	(1.440)
Adições	(84)	-	(29)	(86)	(36)	(70)	(17)	(10)	(332)
Baixas	-	-	-	11	11	35	-	-	57
Depreciação acumulada em 31/12/2015	<u>(484)</u>	<u>-</u>	<u>(363)</u>	<u>(226)</u>	<u>(216)</u>	<u>(295)</u>	<u>(117)</u>	<u>(14)</u>	<u>(1.715)</u>
Saldo em 31/12/2014	723	35	70	267	218	263	69	34	1.679
Saldo em 31/12/2015	2.296	35	41	384	254	246	53	31	3.340
Taxa média anual de depreciação	4%		20%	10%	10%	20%	10%	10%	-

10. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a Controladora e outras partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras.

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2015			
<u>Controladora</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Dividendos a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>
GS Inima Environment S.A.	-	-	(105)	-
Controladas e outras partes relacionadas:				
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	1.481	7.870	(4)	17.149
Araucária Saneamento S.A.	16	-	-	-
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.	17	-	-	-
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	7	265	-	-
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	<u>278</u>	<u>-</u>	<u>(407)</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.799</u>	<u>8.135</u>	<u>(516)</u>	<u>17.149</u>

	Controladora			
	31/12/2014			
<u>Controladora</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Dividendos a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>
GS Inima Environment S.A.	-	-	(80)	-
Controladas e outras partes relacionadas:				
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	1.378	6.198	(3)	11.383
Araucária Saneamento S.A.	16	-	-	-
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.	20	-	-	-
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	7	53	-	275
Consórcio OHL e Freitas Guimarães	732	-	-	-
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	<u>116</u>	<u>-</u>	<u>(153)</u>	<u>553</u>
Total	<u>2.269</u>	<u>6.251</u>	<u>(236)</u>	<u>12.211</u>

	Consolidado				
	31/12/2015		31/12/2014		Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras
<u>Controladora</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	
GS Inima Environment S.A.	-	(105)	-	(80)	-
Outras partes relacionadas:					
Consórcio OHL e Freitas Guimarães	-	-	732	-	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	-	(167)	-	(33)	-
ECS Operações e Participações Ltda.	-	(33)	-	(6)	-
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	<u>279</u>	<u>(408)</u>	<u>116</u>	<u>(153)</u>	<u>553</u>
Total	<u>279</u>	<u>(713)</u>	<u>848</u>	<u>(272)</u>	<u>553</u>

A Sociedade e suas controladas proveem a seus empregados benefícios de vale-alimentação, assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida e participação nos resultados, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$1.051 (R\$901 em 31 de dezembro de 2014) a título de remuneração dos administradores da investida Ambient. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

- a) Refere-se a financiamento para instalação do sistema de cogeração de energia elétrica, obtido com o Banco Votorantim S.A. Os juros e principais foram pagos mensalmente com início em abril de 2011 até a data de vencimento em março de 2015.
- b) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em equipamentos utilizados na ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto “Caiçara”. Os juros e o principal são pagos mensalmente com início em maio de 2012 até a data de vencimento em abril de 2016.
- c) Refere-se a financiamento para construção obtido do BNDES, captado em julho de 2008. Os juros e o principal foram pagos mensalmente até fevereiro de 2015.
- d) Refere-se a financiamento para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto “Caiçara” obtido do BNDES, captado em janeiro de 2011. Os juros e o principal são pagos mensalmente até janeiro de 2016.
- e) Refere-se a financiamento para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto “Ribeirão Preto” obtido do BNDES, captado em fevereiro de 2015. Os juros e o principal são pagos mensalmente até dezembro de 2020.
- f) Refere-se a financiamento para a construção da estação de tratamento de esgoto de Mogi Mirim, obtido com a Caixa Econômica Federal. Os juros e o principal são pagos mensalmente julho de 2032.
- g) Refere-se a financiamento para a construção da estação de tratamento de esgoto de São José dos Campos, obtido com a Caixa Econômica Federal. Os juros e o principal terão início em fevereiro de 2015 e serão pagos mensalmente até fevereiro de 2035.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por nota promissória, “comfort letter” e alienação fiduciária dos equipamentos vinculados ao FINAME.

A controlada Ambient e seus acionistas também assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro vinculados à obtenção do financiamento com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a controlada cumpriu todos os compromissos estabelecidos em contrato.

O financiamento contratado junto à Caixa Econômica Federal pela Sanevap, em 6 de maio de 2013, no montante de R\$74.748, tem como objetivo permitir à controlada a realização dos investimentos compromissados, referentes ao Contrato de Locação de Ativos firmado junto a Sabesp. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 29 de julho de 2013. Esse contrato tem um prazo de carência de até 27 meses contados a partir da assinatura do contrato. A amortização de principal e juros será efetuada durante 240 meses, em prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 12 do mês subsequente ao término do prazo de carência. Neste contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas “*covenants*”, relativas ao nível de endividamento da controlada e cumprimento de obrigações acessórias. A controlada assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro econômico constante no contrato (“*covenants*”):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter até a conclusão dos empreendimentos, a relação entre o saldo devedor do financiamento e o Capital Social da controlada na proporção mínima de 93/7.

- Manter, concomitantemente, durante a vigência do financiamento, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual de 1,1 (um vírgula um) na fase de amortização, além de manter em conta de aplicação financeira vinculada (Conta Reserva) o saldo equivalente a 3 (três) prestações mensais, sendo que a controlada deverá observar o regramento abaixo quanto à reposição do ICSD:
 - a) O ICSD será calculado anualmente da seguinte forma:
$$\text{ICSD} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Disponível para pagamento da dívida no período (A)}}{\text{Serviço da Dívida no período (B)}}$$

Onde:

 - (A) = Fluxo de Caixa Operacional.
 - (+) Caixa Acumulado.
 - (B) = Amortização do Principal.
 - (+) Pagamento de Juros (taxa de administração + taxa de risco de crédito + taxa de juros).
 - b) Cumulativamente o VML anual dividido pelo Serviço da Dívida Anual deve ser maior ou igual a 1,3 durante o período de amortização.
 - c) Na fase de amortização, proceder à manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD conforme se segue:
 - c.1) Atendido: sem restrição à distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.
 - c.2) Não atendido: proibida a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução do capital, observando ainda:
 - ✓ Em no máximo 90 dias, sob pena de vencimento antecipado, a controlada deverá recompor o ICSD até que ocorra a primeira das hipóteses a seguir:
 - a) A dívida com a CEF seja quitada; b) A controlada recomponha o índice igual ou maior a 1,2;
 - ✓ Caso a recomposição acima mencionada seja realizada por meio de mútuo entre as Acionistas e a controlada, o mesmo deverá ter vencimento posterior ao final de vigência do contrato de financiamento. Sua amortização, total ou parcial, poderá ser realizada, desde que a controlada quando da nova apuração tenha atingido os índices (ICSD e VML/SERVIÇO DA DÍVIDA) inicialmente pactuados.
 - c.3) A primeira apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD ocorrerá após um período mínimo de faturamento da controlada de 12 (doze) meses, que compreenderá os meses de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior.

- Não contrair endividamento sem a prévia e expressa anuência da CEF.
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, desde que seja atendido o ICSD mínimo.

O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal pela Sesamm em 3 de setembro de 2010, no montante de R\$35.063 tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 3 de março de 2011. Esse contrato tem um prazo de carência de 22 meses a partir da data de contratação, com pagamento de juros trimestrais. Após o prazo de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até julho de 2032.

Nesse contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas “*covenants*”, relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde julho de 2013, quando encerrou o período de carência do contrato.

A controlada assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato (“*covenants*”):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20.
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais.
- Endividar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento.
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2015, têm os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2017	17.958
2018	17.958
2019	17.958
Após 2019	<u>62.753</u>
Total	<u>116.627</u>

12. DEBÊNTURES PRIVADAS

Os saldos relativos a debêntures estavam representados por:

<u>Instituição credora</u>	Consolidado		Circulante	
	<u>Juros e encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa Econômica Federal	TR + 9% a.a.	Março de 2030	15.174	3.505
Despesas pagas antecipadamente			<u>(152)</u>	<u>(152)</u>
Debêntures, líquidas			<u>15.022</u>	<u>3.353</u>
			Não circulante	
			<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa Econômica Federal	TR + 9% a.a.	Março de 2030	103.068	118.568
Despesas pagas antecipadamente			<u>(1.998)</u>	<u>(2.151)</u>
Debêntures, líquidas			<u>101.070</u>	<u>116.417</u>

Em 15 de fevereiro de 2012, a controlada Araucária firmou Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da espécie com garantia real, com a Petra - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como agente fiduciário e representante dos debenturistas no montante de R\$95.500. Foram emitidas 9.550 debêntures, em uma única série, ao valor nominal unitário das debêntures de R\$10, na data da emissão, sendo o valor total da emissão no montante citado anteriormente. As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas em 7 de março de 2012. O valor nominal unitário de todas as debêntures não será atualizado. A remuneração fará jus a juros equivalentes à variação acumulada da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, capitalizada de sobretaxa de 9% ao ano ("spread"). O pagamento de juros será realizado mensalmente a partir do mês de janeiro de 2015.

A amortização das debêntures será realizada mensalmente, no primeiro dia de cada mês-calendário, a partir do primeiro dia do 34º mês-calendário contado a partir da data de emissão e o vencimento das debêntures ocorrerá no primeiro dia do 216º mês-calendário contado a partir da data de emissão. A primeira parcela da amortização das debêntures foi paga em 29 de dezembro de 2014. Os custos de transação incorridos na emissão de debêntures foram contabilizados como redução ao valor justo do instrumento financeiro de dívida e estão sendo apropriados para o resultado na fluência do prazo, pelo custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Em 31 de dezembro de 2015, os custos de transação incorridos, e já parcialmente amortizado, totalizavam R\$2.150, sendo R\$152 no circulante e R\$1.998 no não circulante. Os custos de transação são oriundos de gastos relativos à remuneração e pagamentos de serviços profissionais de terceiros, tais como: advogados, consultores, profissionais de bancos e corretores de investimentos, etc.

As debêntures são garantidas por:

- (i) Alienação fiduciária - cada acionista alienará fiduciariamente, em favor dos debenturistas, a totalidade das ações ordinárias de emissão da investida Araucária de titularidade de acionistas, bem como todos os bens, títulos ou valores mobiliários nos quais tais ações sejam convertidas e os direitos futuros de preferência de aumento de capital.

- (ii) Os acionistas da Araucária empenharam, também em favor dos debenturistas, os direitos creditórios de titularidade das ações decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, desdobramentos, proventos, frutos ou rendimentos, relativos às ações a serem distribuídas pela Sociedade e a todo e qualquer direito de crédito atual ou futuro.
- (iii) A Araucária, em caráter irrevogável e irretratável, cedeu fiduciariamente, em favor dos debenturistas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação datada pela Lei nº 10.931/04, do Código Civil, todos os direitos creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, de sua titularidade, devidos pela SABESP e oriundos do Contrato de Locação de Ativos, inclusive dos direitos creditórios decorrentes da vinculação, pela SABESP, em seu favor, da parcela da arrecadação prevista na cláusula 25 do Contrato de Locação de Ativos, mantidos e/ou creditados na conta de “Recebíveis”, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária.
- (iv) A Araucária, a partir de 1º de dezembro de 2014, está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a manter na conta corrente de sua titularidade, nº 0495-4, agência 3097, com a Caixa Econômica Federal, os valores referentes à Reserva de Caixa, equivalentes a, no mínimo, os pagamentos devidos, relativos à remuneração e às amortizações de principal das debêntures, devidos nos três meses imediatamente subsequentes. O saldo a ser mantido na conta mencionada anteriormente foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas.
- (v) Os valores recebidos pela Araucária em razão da integralização das debêntures pelos debenturistas deverão ser depositados na Conta Vinculada, de sua titularidade, nº 0493-8, agência 3097, mantida na Caixa Econômica Federal. O saldo mantido na conta mencionada foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas.
- (vi) A Araucária Saneamento S.A possui obrigações contratuais decorrentes da Emissão de Debêntures relacionados à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos na Escritura (covenants financeiros), que exigem Índice de Cobertura da Dívida (ICSD), não inferior a 1,3x, a ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na CVM e obrigações financeiras e societárias a serem cumpridas perante os debenturistas. Essas cláusulas são revistas e exigidas no fechamento do exercício social da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade cumpriu com todas as cláusulas restritivas (covenants) vigentes relativas ao contrato de financiamento.

13. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social é representado por 60.102 quotas, subscritas e integralizadas, com valor nominal de R\$60.102, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2015 e de 2014	
	Quotas	
	subscritas	Participação %
GS Inima Environment S.A.	57.861	96,27%
Tecnicas y Gestion MédioAmbiental S.A.U.	2.241	3,73%
Total	<u>60.102</u>	<u>100%</u>

A distribuição de lucros é definida em reunião dos quotistas. Em 31 de dezembro de 2015 não havia previsão de distribuição de dividendos. Em 12 de setembro de 2014, os sócios quotistas aprovaram a distribuição de lucros, no montante de até R\$16.000 referente ao saldo das reservas de lucros retidos. Os lucros distribuídos no valor de R\$15.280 foram integralmente pagos durante o exercício.

14. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita bruta - serviços de construção	17.382	12.212	22.930	55.826
Receita bruta - tratamento de esgoto	-	-	43.085	55.887
Receita bruta - locação de ativo	-	-	136.973	-
Receita bruta - água	-	-	480	-
Receita bruta - gestão comercial	-	-	7	-
Remuneração do ativo financeiro	-	-	54.837	30.568
ISS	(329)	(232)	(329)	-
PIS	(124)	(82)	(1.379)	(1.928)
COFINS	(584)	(378)	(6.385)	(6.036)
Vendas canceladas	-	-	(8)	-
Receita líquida	<u>16.345</u>	<u>11.520</u>	<u>250.211</u>	<u>134.317</u>

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

<u>Custos</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Custos de pessoal	1.270	1.390
Serviços	7.484	5.554
Obras civis	1.084	1.587
Materiais	1.501	1.708
Outros custos com operação (recuperação de custos)	<u>2.206</u>	<u>535</u>
Total	<u>13.545</u>	<u>10.774</u>

<u>Custos</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Custos de pessoal	4.673	4.020
Custos de manutenção e conservação	4.104	3.288
Retirada de resíduos	2.124	2.524
Juros passivos	4.298	2.829
Energia elétrica	5.481	411
Taxa de gerenciamento	710	629
Produtos químicos	956	972
Serviços	8.894	6.867
Obras civis	122.730	41.762
Materiais	1.501	1.708
Outros custos com operação	<u>4.213</u>	<u>1.865</u>
Total	<u>159.684</u>	<u>66.875</u>

<u>Despesas</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Com pessoal	4.710	3.601
Serviços de terceiros	4.359	3.649
Depreciação/amortização	79	98
Publicidade e propaganda	1.147	1.256
Outras despesas (receitas), líquidas	<u>1.371</u>	<u>610</u>
Total	<u>11.666</u>	<u>9.214</u>
Gerais e administrativas	<u>11.666</u>	<u>9.214</u>
Total	<u>11.666</u>	<u>9.214</u>

<u>Despesas</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Com pessoal	7.641	6.246
Serviços de terceiros	8.431	8.464
Depreciação/amortização	350	347
Publicidade e propaganda	1.602	1.650
Outros	<u>3.975</u>	<u>2.183</u>
Total	<u>21.999</u>	<u>18.890</u>
Gerais e administrativas	21.685	18.890
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>314</u>	<u>-</u>
Total	<u>21.999</u>	<u>18.890</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.513	2.489	6.804	4.463
Variação monetária	-	-	-	109
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67</u>	<u>69</u>
Total de receitas	<u>2.513</u>	<u>2.489</u>	<u>6.871</u>	<u>4.641</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	93	63	21.203	20.919
Outras	<u>67</u>	<u>10</u>	<u>458</u>	<u>314</u>
Total de despesas	<u>160</u>	<u>73</u>	<u>21.661</u>	<u>21.233</u>

17. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Em 2014, a Sociedade alcançou os requisitos para reconhecimento dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, estão representados por:

<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Impostos diferidos ativos:		
Provisão para riscos trabalhistas:	52	52
Base de cálculo	52	52
Alíquota nominal	34%	34%
Total do ativo	<u>18</u>	<u>18</u>

<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Bases do ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	29.655	28.803
Provisão para riscos cíveis	518	52
Bases do passivo:		
Ajustes referentes à diferença entre práticas fiscais e societárias (a)	<u>(65.143)</u>	<u>(61.076)</u>
Base de cálculo	<u>(34.970)</u>	<u>(32.115)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total do passivo	<u>11.889</u>	<u>10.919</u>

- a) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos sobre a diferença entre critério fiscal e societário considerados na apuração da receita e da amortização de ativos, decorrente da adoção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, calculados com base nas alíquotas nominais, é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.870	19.181
Alíquota combinada vigente	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	<u>(12.876)</u>	<u>(6.522)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	15.090	8.579
Dedução de prejuízo fiscal e base de contribuição negativa	-	-
Constituição de impostos diferidos	-	(16)
Outros	<u>(2.214)</u>	<u>(2.057)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>(16)</u>
Correntes	-	-
Diferidos	-	<u>(16)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>(16)</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	53.738	31.962
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	<u>(18.271)</u>	<u>(10.867)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Constituição de impostos diferidos	(95)	(16)
Outros	<u>6.033</u>	<u>1.727</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(12.333)</u>	<u>(9.156)</u>
Correntes	(11.363)	(7.401)
Diferidos	(970)	(1.755)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(12.333)</u>	<u>(9.156)</u>

18. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios referente a:		
Dividendos propostos e não recebidos	8.135	6.251
Transações que não envolveram caixa:		
Aquisição de investimento - Sesamm	-	15.061

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade e suas controladas participam em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Sociedade e suas controladas avaliam seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis.

Em 31 de dezembro, a Sociedade e suas investidas possuíam os instrumentos financeiros representados por:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	25.630	17.913
Contas a receber	<u>109</u>	<u>-</u>
	25.739	17.913
Passivos financeiros:		
Fornecedores	<u>(932)</u>	<u>(884)</u>
	(932)	(884)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>24.807</u>	<u>17.029</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	45.415	37.527
Aplicação Financeira	16.433	714
Contas a receber	147.715	16.716
Ativo financeiro	<u>289.701</u>	<u>398.835</u>
	499.264	453.792
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(248.358)	(233.511)
Fornecedores	<u>(2.714)</u>	<u>(2.744)</u>
	(251.072)	(236.255)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>245.904</u>	<u>215.447</u>

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazo, quando aplicável, foi determinado utilizando-se das taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relativo a instrumentos financeiros (derivativos).

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3.

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas estão expostas a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

As investidas Araucária, Sanevap, Sesamm, Sanama e Caepa estão expostas a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TR, que apresenta baixa volatilidade e impacto nos juros sobre os empréstimos. Em função da não relevância da informação, a Administração não efetuou análise de sensibilidade.

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Ambient efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	14,15%	17,69%	21,23%
Receita Aplicação Financeira	2.211	2.764	3.317
UR-TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer (*)	(1.507)	(1.730)	(1.952)
Taxa de cambio R\$/USD	3,90	4,88	5,85
Variação cambial a incorrer (*)	(1)	(12)	(23)
Juros a Incorrer líquido	703	1.022	1.342

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Os principais riscos de mercado a que a Sociedade e suas controladas estão expostas na condução de suas atividades são:

- a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Sociedade e suas controladas não possuírem recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade e de suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Sociedade, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para a manutenção de seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Sociedade e suas controladas.
- b) Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.
- c) Risco de taxas de juros: A determinação do valor justo (“*fair value*”) do instrumento financeiro contratado pela Sociedade e suas controladas é efetuada com base em metodologia padrão de mercado e com base em informações obtidas com a instituição contratada.
- d) Risco de créditos: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade e suas controladas à concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância dos itens segurados, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros, sendo as respectivas coberturas consideradas suficientes para fazer face aos riscos identificados.

Nas sociedades Araucária e Sanevap, por força contratual, mantêm-se regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e o cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “*todos os riscos*” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros são resumidas conforme a seguir:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Na Controladora:		
Todos os riscos	Responsabilidade Civil para Profissionais "Directors and Officers"	2.087 18.067
Seguro-garantia	Garantia licitante	3.420
Na controlada Ambient:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral Riscos operacionais e de engenharia	6.000 59.500
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	15.652
Na controlada Araucária:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral Riscos Operacionais	3.000 50.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	5.306
Na controlada Sanevap:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral Riscos Operacionais	3.000 40.000
Na controlada Sesamm		
Todos os riscos	Riscos Operacionais Responsabilidade civil	14.763 3.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	8.365
Na controlada Sanama		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral Riscos de engenharia	15.900 50.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	2.909
Na controlada Caepa:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral Riscos de engenharia Riscos Operacionais	1.000 405 1.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	1.047

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de janeiro de 2016.